

História, desenvolvimento e imigração na Mesoregião Oeste de Santa Catarina: um ensaio crítico

History, development and immigration in the Western Mesoregion of Santa Catarina: a critical essay

Eduarda Caroline Ceriulli Martinello*

Regina Yoshie Matsue**

Junir Antônio Lutinski***

Palavras-chave:
Colonialismo
Migração
Saúde

Resumo: O presente ensaio teórico construído a partir da literatura científica, apresenta um resgate da constituição histórica, social e cultural da mesoregião Oeste de Santa Catarina, que se estende desde a ocupação do território pelos povos indígenas e caboclos, até o momento atual, em que esses povos originários persistem sendo marginalizados e excluídos da sociedade, juntamente aos imigrantes internacionais advindos do sul global, para suprir a carência por mão de obra na agroindústria frigorífica. Essa constituição da região marcada pela exclusão dos indígenas e caboclos em detrimento dos europeus brancos, fundamentou as bases que determinam a forma como a sociedade oestina acolhe os imigrantes do sul global na atualidade.

Keywords:
Colonialism
Migration
Health

Abstract: This theoretical essay, based on scientific literature, presents a review of the historical, social, and cultural constitution of the western mesoregion of Santa Catarina, which extends from the occupation of the territory by indigenous peoples and caboclos to the present day, when these indigenous peoples continue to be marginalized and excluded from society, along with international immigrants from the global south, who are brought in to fill the labor shortage in the meatpacking industry. This constitution of the region, marked by the exclusion of indigenous peoples and caboclos to the detriment of white Europeans, laid the foundations that determine how Western society welcomes immigrants from the global south today.

Recebido em 02 de dezembro de 2025. Aprovado em 21 de maio de 2026.

Introdução

A história do Brasil é marcada pela exploração, violência e dizimação física e cultural de determinadas populações estigmatizadas, como os indígenas e imigrantes. Essa realidade se iniciou com a chegada dos portugueses no século XVI, que

encontraram no Brasil a oportunidade de expandir seu comércio e poder por meio da colonização e exploração do país. Inicialmente, os colonizadores portugueses procederam à exploração da mão de obra indígena e, posteriormente, por volta de 1550, importaram mão de obra escrava africana para o trabalho precário e violento nas grandes fazendas,

* Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde e bolsista integral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Unochapecó. E-mail: duda_eduardaceriulli@outlook.com.

** Doutora em antropologia pela University of Tsukuba, Japão. Docente adjunta no Departamento de Medicina preventiva da UNIFESP. E-mail: rymatsue08@yahoo.com

*** Doutor em biodiversidade animal pela Universidade Federal de Santa Maria. Docente no Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde da Unochapecó. E-mail: junir@unochapeco.edu.br.

especialmente na fabricação de açúcar de cana (Cilento, 2021).

A queda do sistema escravagista, no final do século XIX, demandou mão de obra para substituir o trabalho dos escravos africanos “libertos”, mão de obra essa que deveria ser tão barata e passível de exploração quanto os escravos. O perfil exigido para os novos trabalhadores imigrantes, porém, era o de pessoas brancas, livres e católicas, visando atender a um projeto de Estado etnocentrista de “embranquecimento” da população do país. Assim, em 1850, os imigrantes europeus, especialmente os italianos, alemães, espanhóis, poloneses, ucranianos, russos, japoneses e portugueses, imigraram para o Brasil, visando ao trabalho nas lavouras de café, um projeto financiado e regulado pelo Estado brasileiro (Cilento, 2021; Demétrio, Baeninger e Domeniconi, 2023; Figueiredo e Zanelatto, 2017).

Estes imigrantes enfrentavam problemas econômicos e sociais em seus países de origem e foram atraídos para o Brasil com a promessa de melhores condições de vida. O trabalho nas fazendas, concentradas especialmente nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, embora liberto e assalariado, continuava a apresentar precariedade e sujeição, incorrendo em um regime de semiescravidão. Já na metade do século XX, momento em que se iniciou a industrialização do país, os imigrantes europeus tornaram-se inadequados para o trabalho fabril, acusados de incentivar os trabalhadores nativos à realização de greves trabalhistas, o que resultou em redução significativa das imigrações internacionais no país (Cilento, 2021; Demétrio, Baeninger e Domeniconi, 2023; Figueiredo e Zanelatto, 2017). Nos anos de 1980, a economia brasileira entrou em crise, o que também reduziu a imigração e aumentou a emigração no país (Figueiredo e Zanelatto, 2017).

Já no século XXI, o Brasil apresentou forte crescimento econômico, resultando no retorno das imigrações internacionais, recebendo um novo perfil de imigrantes, composto especialmente pelos fluxos advindos de países do sul global, os quais se constituem como os novos trabalhadores, responsáveis por movimentar a economia brasileira (Cilento, 2021; Demétrio, Baeninger e Domeniconi, 2023; Figueiredo e Zanelatto, 2017). Dentre essas nacionalidades, destacam-se os bolivianos, paraguaios, senegaleses, haitianos e venezuelanos

(Figueiredo e Zanelatto, 2017; Obmigra, 2023; Risson, Dal Magro e Lajús, 2017). Os haitianos e venezuelanos tornaram-se os principais fluxos direcionados para a região Sul do Brasil, onde foram inseridos no mercado de trabalho, especialmente em setores subalternos e de baixa qualificação, como a construção civil e o setor industrial (Obmigra, 2024; Risson, Dal Magro e Lajús, 2017).

Na mesma direção do restante do país, a partir do século XX, a região Oeste de Santa Catarina aderiu a um projeto de desenvolvimento econômico, a partir do povoamento de seu território por imigrantes europeus brancos de segunda geração, embora o território já fosse ocupado pelos povos indígenas e caboclos. Esses indígenas e caboclos, porém, não apresentavam as características exigidas pelo Estado como fundamentais para gerar o desenvolvimento econômico regional, ao passo que a história de ocupação dessa área por estes povos é negligenciada tanto pela sociedade quanto pela própria literatura. Por intermédio deste projeto de colonização, o Estado viabilizou a instalação dos imigrantes europeus na região, fornecendo-lhes incentivos financeiros para a compra de terras, enquanto, por outro lado, promoveu a expulsão, a exclusão e o apagamento das populações indígenas e caboclas, nativas daquela região (Radin e Corazza, 2018).

Este processo de colonização do Oeste catarinense, embora ocorrido tardiamente em comparação aos demais estados do Sul do Brasil e às demais regiões do próprio estado de Santa Catarina, implementou as bases para o desenvolvimento do capitalismo na região, a partir da relação estabelecida entre a agricultura familiar, introduzida pelos colonos europeus, e as indústrias frigoríficas, compradoras dos animais produzidos pelos colonos (Radin e Corazza, 2018). Em razão disso, a atual economia regional é movimentada pelo setor agropecuário, com predominância da produção leiteira, suinocultura e avicultura advindas da agricultura familiar, e utilizadas como matéria-prima pela agroindústria instalada na região. Por sua vez, as agroindústrias de aves e suínos do Oeste de Santa Catarina são as maiores do Brasil e têm atraído um contingente significativo de trabalhadores imigrantes internacionais, advindos especialmente do sul global, movidos pela escassez de mão de obra local no setor

(Ortolan, Ribeiro e Guido, 2022; Signori e Stube, 2024).

Apesar das semelhanças com o projeto de desenvolvimento social e econômico brasileiro, percebe-se que a região Oeste de Santa Catarina abarca particularidades de formação que carecem de compreensão para uma interpretação mais apurada acerca de seu momento atual em termos culturais, econômicos e sociais, e da relação que estabelece com os fluxos migratórios ali acolhidos. Neste sentido, o presente ensaio busca caracterizar o “desenvolvimento” da região Oeste de Santa Catarina, com foco na constituição de seu complexo agroindustrial, importante espaço de incorporação de mão de obra imigrante na atualidade.

Para tanto, este ensaio está dividido em quatro partes: na primeira sessão estão apresentadas as características geográficas da região. Posteriormente, é tecido um breve resgate acerca de seu processo de povoamento iniciado pelos indígenas, seguido pelos tropeiros e caboclos, culminando com a colonização pelos imigrantes europeus de segunda geração. Neste resgate abordam-se as contribuições para o desenvolvimento social, cultural e econômico da região proporcionadas por cada um desses povos, problematizando acerca da violência infligida aos indígenas e caboclos a partir da colonização. A terceira sessão foca no desenvolvimento da agricultura familiar pelos colonos e em sua relação com o desenvolvimento da agroindústria, colaborando para o surgimento do modelo econômico capitalista na região. Nesta sessão, são apontadas problematizações e críticas acerca da relação de integração na produção estabelecida entre agricultores familiares e as agroindústrias. Por fim, a última sessão debate sobre os fluxos migratórios contemporâneos acolhidos na região e a sua direta relação com o trabalho na agroindústria, o que os caracteriza como uma nova forma de migração gerida pelo Estado. Além disso, são debatidas as condições de trabalho nessas agroindústrias e as suas implicações na saúde e no acolhimento dos imigrantes pela sociedade local.

Situando a Região Oeste de Santa Catarina

A região Oeste de Santa Catarina é uma das seis mesorregiões do Estado de Santa Catarina, composta por 118 municípios e uma extensão territorial de 27.255,5 km², que a torna uma das maiores regiões do Estado tanto em termos de extensão territorial quanto em número de municípios (Figura 1) (Welter, 2006). A mesorregião Oeste é composta por cinco microrregiões: Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Xanxerê, fazendo fronteira a oeste com a Argentina, ao sul com o Estado do Rio Grande do Sul e ao norte com o Estado do Paraná (Radin e Corazza, 2018; Welter, 2006).

A maioria dos municípios que compõem a mesorregião é considerada de pequeno a médio porte, em que predomina uma cultura e organização social e econômica interiorana, baseada na produção agropecuária, especialmente a partir das pequenas propriedades familiares e no setor da agroindústria, um dos maiores e mais importantes do Brasil e da América Latina (Welter, 2006). O município de Chapecó é considerado a capital da mesorregião, com uma estimativa populacional que no ano de 2025 girava em torno de 275.959 habitantes, além de ser um dos mais importantes polos industriais do Oeste catarinense (IBGE, 2025).



Figura 1 - Mapa de Santa Catarina e suas respectivas mesorregiões

Fonte: Carnette (2019) adaptado de IBGE (2017).

A ocupação da região Oeste de Santa Catarina pode ser dividida em três marcos históricos: a ocupação indígena, a cabocla e a colonização europeia (Cruz, Branco e Dickmann, 2018). A formação da economia da região, por sua vez, pode ser dividida em quatro ciclos: o ciclo da pecuária, impulsionado pelas grandes fazendas de criação de

gado; o ciclo da erva-mate, impulsionado pela extração da planta operada pelos caboclos; o ciclo da madeira, conduzido especialmente pelas empresas colonizadoras; e, por fim, o ciclo da agricultura familiar, instalado a partir da colonização da região pelos imigrantes europeus de segunda geração, o qual foi responsável pelo processo de acumulação do capital, dando origem ao atual complexo agroindustrial (Radin e Corazza, 2018).

A colonização da região, a exclusão e o apagamento dos povos originários

Os primeiros povos a habitar a mesorregião Oeste de Santa Catarina foram os indígenas, sendo que há 12.000 anos predominaram no local os indígenas representados pelos povos caçadores e coletores nômades. Mais tarde, por volta de 2.500 anos a.C. aportaram no território os povos de língua Jê, advindos das regiões centrais do Brasil, grupo este ao qual pertencem as tribos Xokleng e Kaingang que habitam a região até os dias atuais. Por fim, há 2.000 anos povoaram a região os indígenas Tupis-guaranis advindos da bacia amazônica, pertencentes à língua do grupo Tupi (Radin e Corazza, 2018). Tanto os indígenas do grupo Jê como do grupo Tupis-guaranis eram agricultores que tinham a caça, a pesca e a coleta enquanto atividades complementares (Cruz, Branco e Dickmann, 2018). Tais grupos de indígenas predominaram no local até meados do século XIX, quando os tropeiros e “caboclos”¹ mudaram-se para a região, dividindo o espaço regional com os primeiros (Radin e Corazza, 2018).

Os tropeiros passavam pela região Oeste para conduzir o gado e as mulas oriundos do Rio Grande do Sul para os Estados de São Paulo e de Minas Gerais, onde eram comercializados, criando o chamado “caminho das tropas”. Inicialmente os tropeiros paulistas utilizavam a região Oeste apenas como área de passagem e ponto de descanso (Renk e Winckler, 2018). Neste processo, devido a farta disponibilidade de terras, o território do Oeste foi sendo ocupado na implantação de fazendas para criar gado de corte, inaugurando o primeiro ciclo econômico da região, baseado na pecuária. A vinda dos tropeiros foi considerada como a primeira

ocupação do território regional feita pelo homem branco (Radin e Corazza, 2018). A chegada desta população branca, porém, incorreu na existência de conflitos sociais na região, uma vez que os tropeiros iniciaram um processo de “expulsão e catequização” dos indígenas que residiam naquele espaço (Renk e Winckler, 2018). Salienta-se ainda que apesar de promover a ocupação dos campos e uma maior e mais profunda penetração populacional, a pecuária não desenvolveu suficientemente a economia da região e em 1870 esse ciclo produtivo entrou em declínio, com as fazendas se dispersando juntamente com a sua população (Radin e Corazza, 2018).

Foi por intermédio dos caboclos que se desenvolveu o segundo ciclo econômico na região: a extração da erva-mate. Essa população fazia a coleta da erva-mate de maneira sazonal a cada três anos, no interior das matas, e a comercializava especialmente no estado do Rio Grande do Sul e na Argentina. Além da erva-mate os caboclos também cultivavam pequenas roças de alimentos, tais como feijão, milho e mandioca, para a sua sobrevivência, plantados em clareiras abertas na mata e em terras preparadas a partir da queimada (Radin e Corazza, 2018). Essas pessoas não tinham uma compreensão das terras enquanto posse privada, apenas as ocupavam por um determinado período de tempo, procedendo o plantio de suas roças, criação de animais soltos e extração da erva-mate e, posteriormente, mudavam de espaço a fim de que a terra se regenerasse (Campos, 2013).

Já no século XX inicia-se na região o seu processo de colonização pelos imigrantes europeus de segunda geração, especialmente italianos, alemães e poloneses, filhos dos colonizadores das terras do Rio Grande do Sul (Radin e Corazza, 2018), considerados como o homem branco (Cruz, Branco e Dickmann, 2018). A maioria dos colonos veio para a região atraídos pelo baixo preço das terras, um projeto financiado pelo Estado que pretendia vender essas terras aos imigrantes a um preço abaixo do valor de mercado, a fim de que o território fosse povoado pelos brancos e europeus, em detrimento dos indígenas e caboclos que ali residiam (Renk e Winckler, 2018). O Estado brasileiro cedeu as terras da região para as companhias colonizadoras, as quais extraíram delas a madeira e, posteriormente, as demarcaram e venderam aos imigrantes. Mesmo as

terras que eram de posse dos caboclos foram incorporadas pelas companhias colonizadoras (Campos, 2013). Dentre essas colonizadoras, a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, pertencente ao grupo norte-americano de Percival Farquhar, destacou-se. O grupo também foi responsável por finalizar a construção do trecho da estrada de ferro que ligaria o estado de São Paulo ao Rio Grande do Sul (EFSPRS) na região Oeste. Essa empresa explorou a madeira e colonizou as faixas de terras localizadas a 15 quilômetros de cada lado dos trilhos da ferrovia. Faixas essas, as quais recebeu do Estado como parte do pagamento pela construção do referido trecho da estrada de ferro (Radin e Corazza, 2018).

A apropriação das terras pelas empresas colonizadoras e a passagem da estrada de ferro pela região, expropriaram os sertanejos das terras sobre as quais habitavam de maneira itinerante, garantindo a sua sobrevivência. Somado a isso, o desamparo sentido em relação ao governo republicano, o coronelismo e as desigualdades sociais desencadearam um conflito armado entre os sertanejos e o governo federal e estadual do Paraná e de Santa Catarina entre 1912 e 1916, resultando na Guerra do Contestado. O início do conflito se deu em 1912 quando um grupo de sertanejos reunidos em torno do Monge José Maria, perseguidos pela polícia de Santa Catarina, refugiaram-se em Irani, um território alvo de disputa entre Santa Catarina e o Paraná. O grupo foi atacado pela polícia do Paraná, resultando na morte de 11 sertanejos, incluindo o próprio Monge. A morte de José Maria, símbolo da luta pela posse das terras dentre os sertanejos, motivou o grupo na persistência pelo seu objetivo, imbuídos da crença espiritual de que o monge os guiaria até a vitória final. A partir de então, até agosto de 1916, quando foi assinado um acordo de limites de terras entre Santa Catarina e Paraná, os sertanejos organizaram-se coletivamente em uma espécie de movimento social relacionado a questões fundiárias e religiosas, confrontando-se com a polícia e os coronéis em prol dessa luta (Radin e Corazza, 2018).

Entre 1930 e 1950, a região adentra o seu terceiro ciclo econômico: a extração e comercialização da madeira. Além de sua extração, operada especialmente por grandes empresários

como a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, a madeira foi comercializada através do Rio Uruguai e seus afluentes. Os balseiros, como eram chamados os trabalhadores, caboclos e agricultores, procediam o transporte da madeira pelo rio através das chamadas balsas, uma composição de madeira, troncos ou tábuas serradas e armadas e que pertenciam geralmente aos empresários madeireiros. Os balseiros conduziam a madeira por um percurso de aproximadamente 500 quilômetros, até o porto de São Borja no Rio Grande do Sul, de onde eram rebocadas ao Rio da Prata, para depois serem transportadas. A atividade centralizou recursos financeiros nas mãos de comerciantes e madeireiros e se encerrou a partir da abertura de estradas e novos meios de transporte, que abriram perspectiva para o mercado interno da madeira (Bellani, 2006; Radin e Corazza, 2018).

Retomando os propósitos e consequências da colonização europeia, destaca-se que esse movimento foi entendido como uma forma de “civilizar” a região que era ocupada pelos indígenas, posseiros e caboclos (Bavaresco, Franzen e Franzen, 2013). Neste sentido, enquanto os colonizadores europeus receberam adjetivações positivas que os intitulavam como “ordeiros”, “progressistas”, “civilizados” e “trabalhadores”, os “caboclos” e a população indígena, foram socialmente representados como ociosos, violentos e ausentes de perspectiva de “progresso”. Isso porque os últimos compreendiam a terra enquanto uma posse coletiva, apostando em uma agricultura de subsistência e itinerante. Por outro lado, os colonos instituíram a noção da terra enquanto uma propriedade privada, comercializando o excedente da produção, e fomentando, portanto, as bases para uma sociedade organizada de maneira mais capitalista (Campos, 2013; Cruz, Branco e Dickmann, 2018; Radin e Corazza, 2018). A colonização também gerou uma divisão étnica entre os considerados brasileiros caboclos e ex-posseiros e os brasileiros de origem italiana ou alemã, tornando os últimos um grupo social em vantagem e superioridade sobre os primeiros. A chegada das colonizadoras proporcionou um apagamento dos *habitus* e da cultura dos caboclos, os quais foram tidos como inconsistentes com o “progresso” e o modelo social

econômico que estava sendo suplantando na região (Radín e Corazza, 2018).

De maneira similar, os indígenas também foram expulsos dos espaços territoriais tradicionais em que ocupavam, submetidos à exploração de sua força de trabalho, ao extermínio e à invisibilidade decorrentes da implantação do projeto de “desenvolvimento” e “progresso” na região. Exemplo disso são os povos Kaingang em Chapecó e Mbyá guarani nos atuais municípios de Saudades e de Cunha Porá, os quais foram transferidos de seus espaços tradicionais localizados no que mais tarde se tornaria o centro da cidade, para aldeias em terras não tradicionais. Desde o início da colonização, os indígenas foram perseguidos, forçados a aderir à cultura colonizadora, além de serem acometidos por doenças que não eram tradicionais de seus povos. Esse processo, portanto, foi responsável pelo genocídio da população indígena na região (Rodrigues e Lino, 2021; Santos, Dill e Piovezana, 2020).

Outra consequência desse processo foi o “apagamento” dos indígenas da história regional, a qual é contada somente a partir da chegada dos europeus de segunda geração. Prova disso, é o monumento o “Desbravador” construído e localizado em um ponto estratégico e central da cidade de Chapecó. A sua construção ocorreu na década de 70 motivada pelas disputas políticas entre as elites locais emergentes e o Bispo Don José Gomes, adepto da teologia da libertação, o qual estimulou e organizou o surgimento de diversos movimentos populares como dos agricultores sem-terra, dos povos indígenas pela retomada dos seus territórios, das mulheres camponesas e dos afetados pelas barragens. Em resposta, as entidades e as famílias das elites locais construíram a estátua do Desbravador como símbolo da figura do colonizador, homenageando as famílias dos colonizadores associados à elite emergente, excluindo-se os indígenas, agricultores, pobres e mulheres camponesas. “O Desbravador ‘desbrava’, civiliza, moderniza, traz progresso, europeiza uma região anteriormente habitada por povos com diferentes formas de ocupar o território e reproduzir a vida nele” (Santos, Dill e Piovezana, 2020).

Após serem expropriados de suas terras, os indígenas empreenderam lutas para recuperá-las,

reavendo apenas uma parcela delas, as quais se configuram hoje como reservas indígenas em que predominam as etnias Xokleng e Kaingang. Dentre elas, estão o Toldo Chimbangue e a Aldeia Condá localizadas em Chapecó, o Toldo Pinhal em Seara, o qual ainda não foi regulamentado como terra indígena, o Toldo Imbu em Abelardo Luz e o Xaçecó em Ipuacu e Entre Rios. Com exceção da Aldeia Condá, as demais áreas são espaços de ocupação tradicional, sendo a primeira criada para reassentar a população indígena expropriada de seu território originalmente localizado no espaço em que foi construída a cidade de Chapecó. Esse reassentamento da Aldeia Condá, porém, se deu em um espaço rural, distante da cidade e dos olhares da sociedade chapecoense (Rodrigues e Lino, 2021).

Embora garantida a posse das terras nas aldeias, percebe-se que estes espaços não oferecem condições de sobrevivência adequadas à população indígena, razão pela qual recorrem a venda de artesanatos na cidade. A presença dos indígenas na zona urbana, circunscrita ao *habitat* dos não-indígenas, “brancos e civilizados” é vista com reprovação por parte da sociedade, solicitando a intervenção do Estado e dos órgãos responsáveis pela proteção indígena, a garantia de que esta população permaneça em suas reservas apartadas da vida na cidade (Rodrigues e Lino, 2021). Este movimento, portanto, torna os indígenas “estrangeiros em suas próprias terras” (Santos, Dill e Piovezana, 2020). Assim, em razão de todos esses acontecimentos históricos e sociais advindos da colonização e do projeto de desenvolvimento econômico por trás dela, os caboclos e indígenas vivem atualmente à margem da sociedade na região Oeste catarinense (Bavaresco, Franzen e Franzen, 2013).

Sobre este processo ocorrido na região, é possível interpretá-lo a partir da lente teórica de Martins (1996). Para o autor, o momento da história da região no qual as relações políticas e sociais ali estabelecidas se voltaram para a ocupação das terras, sejam elas “não ocupadas” ou “insuficientemente” ocupadas, pode ser chamado de fronteira. A fronteira tanto a nível de Brasil, como da própria região Oeste, se caracteriza enquanto espaço de conflito social, em que diferentes povos se deparam com a “alteridade”, a descoberta do outro, ocorrendo o desencontro entre diferentes

concepções de vida, de mundo e de tempos históricos pertencentes a cada um desses grupos. O tempo histórico dos indígenas e caboclos era diferente ao tempo histórico dos colonizadores, colonos e tropeiros, portanto, quando se encontraram durante o período colonizador, com seus distintos modos de pensar sobre o mesmo objeto e fenômeno, surgiram os conflitos, as lutas étnicas e sociais. A fronteira, portanto, remete a cisão entre os povos, cada qual de um lado desta fronteira, lutando para a conquista e a transformação daquele espaço (Martins, 1996).

A partir da teoria de Martins (1996) compreende-se que a ocupação do território do Oeste catarinense pode ser considerada enquanto uma fronteira ou frente de expansão, contrapondo-se a teorias que a consideram enquanto frente pioneira. A frente pioneira apresenta uma compreensão reduzida sobre a fronteira, pois, considera que a ocupação e a colonização da região estariam relacionadas exclusivamente ao progresso econômico, a modernização e a civilização em termos capitalistas, desconsiderando os indígenas, caboclos, camponeses e as suas relações sociais e econômicas diversas e não capitalistas. A frente de expansão considera que, ao longo de todo o seu período histórico de desenvolvimento, a região se deparou com a chegada de diversos grupos humanos, que nem sempre representavam o capital e o empreendedor, característica dos fazendeiros, madeireiros e das empresas colonizadoras. Havia também na região os tropeiros, colonos, indígenas e caboclos, cada qual desenvolvendo um tipo de relação social, cultural e econômica que transformou o território da região, mesmo não estando integrados ao mercado capitalista. A colonização, por sua vez, a partir desta expansão da economia de mercado, da cultura e dos modos de existir dos ditos civilizados e modernos, expressos essencialmente por meio das empresas colonizadoras e do projeto de Estado, sobre a economia sustentável e a cultura dos povos originários, gerou diversos conflitos sociais e étnicos, prevalecendo a economia de mercado e o apagamento dos povos originários (Martins, 1996).

Em razão deste contexto, a cultura predominante atualmente na região Oeste advém da herança cabocla e indígena, mas especialmente da

colonial, marcada pela progressiva imposição dos valores culturais associados à modernização capitalista (Radin e Corazza, 2018). A colonização europeia promoveu o apagamento social e cultural dos povos originários, elevando as bases para uma cultura racista e eurocentrada, pautada no tradicionalismo e nos papéis conservadores. Exemplo disso são os níveis de violência contra a mulher, especialmente de feminicídio superiores na região Oeste quando comparados às demais regiões do Estado (Carnette, 2019). Renk e Winckler (2018) relembram que no processo de colonização, as mulheres foram relegadas a posições periféricas na economia das propriedades familiares, restando-lhes apenas a venda dos produtos mais baratos como ovos, leite e verduras, e a renda advinda desta comercialização era revertida na compra de itens domésticos como os de costura. Essas mulheres eram reconhecidas apenas pelo nome do marido em detrimento ao seu, sem direito ao voto e ausentes de reconhecimento legal como agricultoras, o que lhes impedia o acesso à aposentadoria (Renk e Winckler, 2018). A condição de subordinação da mulher no seio familiar, no sindicato de pequenos agricultores e na sociedade, motivou que elas se somassem a mulheres de outros Estados do Brasil constituindo o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), objetivando lutar pelos direitos sociais e trabalhistas das mulheres, pelo fim da violência e pela equidade social e de gênero (Radin e Corazza, 2018).

A agricultura familiar e a formação do atual complexo agroindustrial

Ao longo da história da região, houve períodos marcados por fortes desigualdades sociais entre o restante da população e os fazendeiros e empresários, os quais se tornaram a elite social. No período pós-colonização, assentou-se na região um modelo de sociedade baseado em pequenas propriedades, com a mão de obra essencialmente familiar. As terras ocupadas pelos colonos eram em sua maioria de relevo acidentado e de pequeno porte, pois as áreas mais planas haviam sido ocupadas pelos fazendeiros para a criação de gado em período anterior a colonização (Campos, 2013; Radin e Corazza, 2018). As pequenas propriedades rurais passaram a investir na produção agropecuária,

especialmente de suínos, frango, leite e fumo, inaugurando outro importante ciclo econômico da região que perdura até os dias atuais (Hansen, 2013).

A partir da agricultura familiar instaurada pelos colonos, deu-se início a um processo de acumulação do capital, a partir da comercialização do excedente da produção agrícola advinda dessas propriedades rurais. Esta dinâmica inicial, por sua vez, tornou-se o motor do desenvolvimento do complexo agroindustrial do Oeste catarinense, o qual se fortaleceu a partir de 1980, momento em que a organização familiar da propriedade e da produção de subsistência foi interrompido (Radin e Corazza, 2018). Isso porque, a partir de 1970 ocorreu a incorporação da modernização da agricultura e da pecuária, tornando as atividades agrícolas exclusivamente como uma forma de comércio. Essas transformações contribuíram para o surgimento do setor agroindustrial da região e para a urbanização do território, gerando um movimento migratório do campo em direção à cidade (Mondardo, 2011).

Inicialmente, a produção e o processamento de carnes na região eram voltados essencialmente para os suínos, tradicionalmente criados para fins de subsistência das famílias, as quais comercializavam apenas o excedente de sua produção. Dessa forma, até 1950, a capacidade de produção dos frigoríficos da região, em sua maioria pequenos abatedouros, estava diretamente relacionada à capacidade de produção familiar dos suínos, e devido à ausência de energia elétrica, focava na produção de banha, salame e linguiça. Portanto, os agricultores vendiam aos frigoríficos os animais de raças tipo banha, criados de maneira rústica, alimentados com abóbora, mandioca, milho, aveia e cana-de-açúcar. Nesse período, as maiores empresas frigoríficas instaladas na região eram a Sadia e a Perdigão, coexistindo uma série de outros pequenos estabelecimentos e abatedouros (Radin e Corazza, 2018).

A partir de 1960, visando aumentar a produção, a qualidade e a homogeneidade dos produtos, os frigoríficos passaram a oferecer matrizes e rações às propriedades familiares, interferindo na produtividade dos agricultores criadores de suínos. Iniciava-se um novo modelo de relações econômicas entre os frigoríficos e os agricultores familiares, caracterizado pela integração agroindustrial,

firmando acordos de produção e comércio entre as empresas e os produtores rurais. Inicialmente, essa integração se deu a partir de acordos verbais e informais, os quais, aos poucos, foram substituídos por contratos formais, que garantiam a compra e a venda dos suínos, e estabeleciam os valores e as condições de pagamento, sem, no entanto, interferir nas formas de produção. Posteriormente, os contratos e acordos de integração incorporaram a assistência técnica, o transporte da produção e as rações fornecidas pela empresa, estabelecendo a necessidade de que os produtores de suínos seguissem normas técnicas rígidas estabelecidas pelas empresas na produção dos animais, comprometendo-se a entregá-los prontos para o abate no prazo fixado (Radin e Corazza, 2018). Enquanto parte desses acordos, introduziu-se nas propriedades rurais os suínos tipo carne, a partir de raças importadas dos Estados Unidos da América (EUA) e da Europa. Além disso, a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc), atual Epagri, passou a oferecer assistência técnica aos suinocultores permitindo a substituição dos antigos chiqueiros por estruturas novas e modernas (Renk e Winckler, 2018).

Até meados de 1970, a expansão das agroindústrias se deu pela necessidade de abastecer o mercado interno, e, a partir da metade de 1970 e início de 1980 iniciaram-se os investimentos direcionados às exportações para o mercado internacional. Para atender as demandas do mercado externo, nos anos 2000 o modelo produtivo de integração sofreu maiores transformações. Além de instituídas as responsabilidades de cada uma das partes, definindo-se que aos agricultores caberia o fornecimento das instalações, equipamentos e da mão de obra, e a agroindústria o fornecimento de animais, insumos, medicamentos e assistência técnica, estabeleceu-se que a remuneração destinada aos suinocultores seria paga com base em cálculos de produtividade, a partir de critérios definidos exclusivamente pelas empresas, à revelia do conhecimento dos próprios produtores (Radin e Corazza, 2018).

Esse modelo de produção integrada firmado entre os agricultores e as empresas resultou em uma série de mudanças nas dinâmicas de trabalho e de vida nas propriedades rurais, em sua maioria de

pequeno porte e que se utilizam de mão de obra familiar na produção animal. Para se ajustar ao mercado de produção de animais, os agricultores abandonaram a criação de suínos enquanto fonte de subsistência, e focaram na produção comercial em grande escala, a partir de raças selecionadas e criadas de maneira confinada nas pocilgas. Os produtores rurais também perderam o controle sobre a forma de desenvolver o seu trabalho, uma vez que a forma de criação dos animais passou a ser ditada por normas rígidas estabelecidas pela empresa integrada (Radin e Corazza, 2018).

Essa nova forma de economia resultou em prejuízos a estes agricultores, alguns inclusive tiveram seus estabelecimentos descartados do processo produtivo por não atenderem as exigências do mercado (Mattei e Alves, 2007). Além disso, embora o modelo de integração possa parecer vantajoso aos produtores rurais, devido à garantia da venda de sua produção e o recebimento de investimentos tecnológicos para o desenvolvimento de seu trabalho, na realidade estes produtores tornam-se trabalhadores subordinados a empresa integrada, sem garantias a direitos trabalhistas ou a salário fixo, já que o valor é pago por produção (Radin e Corazza, 2018). O trabalho destinado a criação de suínos no modelo integrado exige esforço físico intenso, não possui limite na jornada diária ou semanal de trabalho, e tampouco folgas e finais de semana para descanso e lazer, comprometendo a saúde física e mental desses trabalhadores (Renk e Winckler, 2018).

A década de 70 trouxe consigo uma crise na suinocultura, promovendo transformações no mercado, como a incorporação da avicultura dentre as atividades das agroindústrias. A avicultura já nasce dentro do sistema de integração entre produtor e empresa, exigindo um padrão moderno na produção e estabelecendo o desconto do produtor sobre todas as despesas decorrentes do processo de criação das aves, feito no momento da remuneração mediante a entrega dos animais. Apesar de exigir investimentos iniciais mais amplos em relação à suinocultura, o retorno financeiro advindo da avicultura é maior e mais rápido, devido ao menor tempo de criação e crescimento das aves em relação aos suínos (Radin e Corazza, 2018).

A crise na suinocultura também foi responsável pela incorporação das agroindústrias menores pelas maiores, como foi o caso da Perdigão que adquiriu a Unifrico, o Saulle Pagnoncelli, a Reunidas e a Ouro S.A., enquanto a Ceval-Hering adquiriu a Seara e a Safrita. Desta forma, já na década de 1990 predominavam na região cinco empresas frigoríficas: a Sadia S.A, a Perdigão S.A, o Frigorífico Chapecó, a Ceval Alimentos e a Cooperativa Central Oeste Catarinense (Frigorífico Aurora) (Hansen, 2013). Contemporaneamente, predominam na região três grandes empresas: a BRF Brasil Foods resultado da fusão entre as empresas Sadia e Perdigão, a JBS que adquiriu a Seara, o Marfrig e outros frigoríficos de porte médio e a Cooperativa Central do Oeste Catarinense (Aurora) (Radin e Corazza, 2018).

Neste panorama, destaca-se que a produção e o processamento de carnes nesta região se relacionam principalmente ao setor de aves e suínos, contribuindo para colocar o Brasil no ranking enquanto um dos principais agroexportadores da proteína da carne (FGV, 2023). Desta maneira, verifica-se que se instalou na região um complexo industrial, marcado pela verticalização das atividades e a grande concentração de capital com a incorporação de empresas que formam grandes oligopólios que dominam a indústria frigorífica. Portanto, os frigoríficos instalados na região que inicialmente eram pequenos abatedouros, se transformaram em “um complexo agroindustrial frigorífico”, um dos maiores da América Latina, modificando as relações de produção e de trabalho de maneira significativa (Radin e Corazza, 2018).

O complexo agroindustrial e a mão de obra imigrante

O crescimento exponencial da agroindústria frigorífica demandou mão de obra para o trabalho em suas plantas de abate e processamento da carne. Inicialmente as agroindústrias primaram pela mão de obra advinda dos filhos dos agricultores, os quais devido ao “ethos trabalho” introduzido pela colonização e a reprodução do padrão familiar de subordinação, tinham um sentimento de pertencimento para com a empresa. No entanto,

devido às condições laborais desses espaços, os quais apresentam potencial de comprometimento à saúde dos trabalhadores, a população urbana passou a recusar o trabalho na agroindústria. A fim de suprir a carência de mão de obra, as agroindústrias da região recorreram à contratação de indígenas advindos tanto de Santa Catarina quanto do Rio Grande do Sul e de imigrantes internacionais. Neste cenário, destaca-se que os indígenas percorrem longos trechos de condução coletiva diariamente para trabalhar nos frigoríficos (Renk e Winckler, 2018).

Com relação aos fluxos migratórios acolhidos na região e utilizados como mão de obra na agroindústria de carne, destacam-se os fluxos haitiano e o venezuelano. Os diversos problemas estruturais enfrentados pelo Haiti e acentuados com o terremoto de 2010, além das políticas migratórias restritivas para adentrar os países do norte global, fizeram com que os haitianos imigrassem para o Brasil a partir de 2010, com intensificação do fluxo entre 2011 e 2012, através das fronteiras do Norte do país, nas cidades de Tabatinga – AM, Brasília e Assis Brasil – AC. No Brasil, os haitianos receberam vistos de residência permanente devido à condição humanitária. Os primeiros haitianos chegaram em Santa Catarina em 2011, quando empresas situadas no litoral do estado, viram nesses imigrantes uma oportunidade de aquisição de mão de obra, e os recrutaram ainda no Acre. A vinda de haitianos para o Oeste Catarinense se deu principalmente a partir da iniciativa das empresas frigoríficas de aves e suínos, que os recrutaram para trabalhar, quando estes se encontravam no Vale do Itajaí – SC. Somente após esses movimentos iniciais das empresas frigoríficas, os haitianos formaram fluxos migratórios próprios com destino a região Oeste (Oliveira, 2019). Inicialmente, os fluxos haitianos eram majoritariamente masculinos e em idade produtiva, porém, com o tempo, as mulheres e outros familiares também imigraram, especialmente por intermédio da integração familiar (Momade, 2018).

Apesar do movimento por parte das empresas para atrair os imigrantes haitianos, as condições de integração desta população na região foram pouco favoráveis ao seu acolhimento. Mesmo possuindo ensino superior, a maioria dos imigrantes

haitianos ocupava cargos na linha de produção nos frigoríficos ou em outras indústrias. Os rendimentos financeiros recebidos nesses locais de trabalho, embora não se distinguíssem dos salários pagos aos nativos, eram insuficientes para a sua subsistência, de maneira que muitos precisavam dividir o aluguel com um grupo de outros imigrantes (Tonezer, Boeno e Aldana; 2021). Devido ao trabalho nos frigoríficos esta população costumava residir nos bairros em torno das agroindústrias, devido ao menor valor dos aluguéis (Risson, Matsue e Lima, 2017). As condições das residências de muitos, porém, eram insalubres, precárias e superlotadas (Magalhães, 2017). Além disso, a presença dos haitianos nessas regiões foi marcada por atos de preconceito, estigmatização, racismo e xenofobia por parte da população local e a barreira linguística e cultural dificultava o seu acesso a direitos sociais, como o atendimento pelos serviços de saúde e demais políticas públicas (Risson, Matsue e Lima, 2017; Momade, 2018).

A partir de 2018, as precárias condições de vida e trabalho em que os haitianos estavam submetidos na região Oeste de Santa Catarina, aliadas ao cenário econômico brasileiro desfavorável, impulsionaram a imigração desta população para outros locais e países, como os EUA. Dessa forma, acompanhando os dados nacionais, é possível perceber que houve uma relativa redução do número de imigrantes haitianos na região nos últimos anos e, dentre os que continuam residindo na região, muitos ainda trabalham nas agroindústrias (Obmigra, 2023; Obmigra, 2024).

A década de 2010 também foi marcada pela imigração de pessoas advindas dos continentes africano e asiático, os quais tendem a se inserir no manuseio de “carne halal” nos frigoríficos de aves e gado da região (Pereira, 2010). A “carne halal” adota formas e estratégias de abate e processamento de acordo com as exigências culturais e legislativas da comunidade muçulmana, tornando-a permitida para o consumo pelas pessoas de tal cultura, o que possibilita a sua exportação certificada para os países que seguem tais princípios (Spadotto, 2023). Dentre as nacionalidades de imigrantes contratados para tal função destacam-se aqueles provenientes de Bangladesh, Gana, Senegal e Somália, os quais seguem os princípios e as legislações do Islã no abate

dos animais no frigorífico, garantindo a certificação do produto de acordo com os padrões de exportação muçulmanos (Bosi e Pereira, 2023).

A partir de 2018, com a crise política, social e econômica deflagrada na Venezuela, a mesorregião passou a receber também os fluxos migratórios venezuelanos. Assim, embora atualmente coexistam no Oeste catarinense imigrantes de diversas nacionalidades, advindas especialmente do sul global, dentre os quais cubanos, angolanos, argentinos, bolivianos, uruguaios, paraguaios, senegaleses, bangladeshanos e haitianos, o contingente de venezuelanos constitui maioria (Ribeiro, Vaz e Reginatto, 2022). A migração dos venezuelanos para as cidades do Oeste catarinense está relacionada a um dos pilares da Operação Acolhida²: a interiorização. A interiorização, se caracteriza pela redistribuição dos imigrantes venezuelanos que se encontram no Estado de Roraima, para outras cidades do Brasil que apresentam condições de acolhê-los, devido a presença de vagas no mercado de trabalho e de serviços públicos de saúde, educação e assistência social (Brasil, 2023). Em razão da economia da região se apoiar fortemente na agroindústria frigorífica, setor que tende a ser rejeitado pelos trabalhadores nativos, a interiorização dos venezuelanos ocorreu especialmente, devido a existência de grande quantidade de vagas de trabalho neste setor (Ribeiro, Vaz e Reginatto, 2022).

A Associação de Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI Brasil) possui um projeto intitulado “acolhidos por meio do trabalho”³, idealizado para apoiar a integração dos venezuelanos provenientes da Operação Acolhida, promovendo a interlocução de vagas de trabalho com empresas, a garantia de moradia e o acompanhamento social por um período de três meses. Iniciado em 2019, o projeto contribuiu com a interiorização de venezuelanos para as cidades brasileiras que dispunham de oportunidades de trabalho em empresas privadas. Os dados divulgados pela associação, apontam que em 2020, Santa Catarina foi o estado em que o projeto mais apoiou a interiorização de imigrantes, especialmente para as cidades da região Oeste, o que se deu em razão da contratação desses imigrantes por três empresas, que se acredita serem do ramo frigorífico. As entrevistas

de seleção que permitiram essa contratação foram realizadas remotamente quando os imigrantes se encontravam em Boa Vista-RR. Somente após a contratação eles viajaram com seus familiares para as respectivas cidades, com o apoio da AVSI (AVSI Brasil, 2020).

Em suas páginas na internet, as principais empresas do ramo da agroindústria frigorífica na região destacam a sua atuação pautada na diversidade de seus colaboradores, ressaltando a contratação de imigrantes internacionais para o trabalho em suas plantas, a partir de parcerias firmadas com a ONU migração, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Operação Acolhida. Duas dessas empresas inclusive divulgaram dados sobre o número de colaboradores imigrantes em suas plantas distribuídas pelo país. Em 2019, uma delas revelou possuir mais de 5.000 imigrantes contratados e a outra apresentou dados de que em 2023 4,8% dos seus funcionários distribuídos nas 130 plantas da empresa à nível de Brasil, eram imigrantes. Além disso, as empresas divulgam nestas páginas a realização de ações internas para promover a integração desses colaboradores nos espaços de trabalho e na sociedade brasileira. Dentre essas, se destacam o investimento em ações para a superação da barreira linguística, a partir da contratação de tradutores, o acesso ao ensino do idioma português para os imigrantes trabalhadores e o fornecimento de instruções sobre segurança no trabalho nos idiomas de origem desses trabalhadores. Destaca-se ainda, o fornecimento de cursos em parceria com Instituições de Ensino Superior (IES), com o objetivo de promover a integração e o desenvolvimento social e pessoal dos imigrantes trabalhadores dessas empresas. Por fim, essas empresas reportam também contribuir para com a viabilização de moradia aos seus colaboradores imigrantes.

Apesar de as agroindústrias divulgarem informações acerca de investimentos e projetos direcionados a contratação e a integração de imigrantes nestes espaços de trabalho, é possível perceber a persistência de atos xenofóbicos pela sociedade local. Silva (2021) verificou a presença desta violência em uma pesquisa realizada com os colaboradores locais da agroindústria. Nesta pesquisa constatou-se a baixa aceitação por parte

destes colaboradores nativos em participar da pesquisa, alguns inclusive verbalizaram discursos xenofóbicos direcionados aos colegas imigrantes (Silva, 2021). Portanto, as características socioeconômicas, históricas e culturais da mesorregião, apresentadas ao longo deste ensaio apontam para um cenário complexo e desafiador em termos de acolhimento dos imigrantes internacionais na sociedade oestina, verificando-se a presença de xenofobia até mesmo nos discursos dos governantes e representantes políticos da região (O tempo, 2025).

Sobre a relação entre imigração e economia instalada na região ao longo da sua história, Signori e Stube (2024) evidenciaram que tanto no século XX, quanto no século XXI, os imigrantes acolhidos na região, assumiram o papel de mão de obra do Estado, e a condição de abertura da sociedade para o seu acolhimento se relacionou diretamente com a utilidade laboral desse imigrante. Durante o período colonial, essa utilidade laboral estava aliada a necessidade de povoamento e desenvolvimento da agricultura e atualmente, a necessidade de suprir a carência de mão de obra nativa nas indústrias. Nas palavras dos autores: atualmente “[...] apesar das condições diferentes, o Estado continua gerenciando a vida e a conduta dos sujeitos imigrantes, com a finalidade de atender as demandas do mercado de trabalho”. Por outro lado, percebe-se que as imigrações do século XX eram desejadas, por terem feito parte de uma política de governo que visava tanto o “branqueamento” quanto o “povoamento” da região, enquanto as atuais imigrações são indesejadas, e mais passíveis a discriminação e estigmatização (Signori e Stube, 2024).

As pesquisas realizadas sobre a temática da imigração e o trabalho na agroindústria de carnes da região tem mostrado resultados que se opõem a existência de uma integração acolhedora, e que garante qualidade de vida aos imigrantes trabalhadores (Magalhães, 2017; Granada *et al.*, 2020). Durante a pandemia de Covid-19, Granada *et al.* (2021) evidenciaram as condições precárias de segurança laboral nos frigoríficos, facilitando a transmissão do vírus dentre os trabalhadores, muitos deles imigrantes internacionais. A ausência de protocolos de proteção, prevenção e fiscalização por parte do Estado, permitiu às empresas conduzirem a

gestão da pandemia nos espaços de trabalho, como melhor lhes conviesse em termos econômicos e produtivos. A existência de riscos e precariedades, tais como os citados, são justamente os fatores que impõe aos imigrantes internacionais do sul global o trabalho nos frigoríficos enquanto algo determinado e unívoco. Além disso, esses imigrantes trabalhadores são pessoas em situação de vulnerabilidade, que precisam se sujeitar a estas condições laborais para sobreviver no país, já que o retorno para as suas nações é pouco provável devido as precárias condições sociais e políticas enfrentadas (Granada *et al.*, 2021).

Ao analisar a interiorização do fluxo migratório venezuelano acolhido no Brasil para as cidades da região Sul, como é o caso do Oeste Catarinense, Baeninger Demétrio e Domeniconi (2023) definem este fenômeno como uma nova forma de migração dirigida. A imigração dirigida foi inicialmente observada no século XX, momento em que o Estado brasileiro incentivou a migração dos europeus brancos de segunda geração, para povoar a região e desenvolver a agricultura. Atualmente, o fenômeno se repete, por intermédio da interiorização, a qual é gerida pelo Estado brasileiro em conjunto com os organismos internacionais, a sociedade civil e grupos de empresários, direcionando os venezuelanos para regiões do país, como o Oeste de Santa Catarina, que possui carência de mão de obra em setores essenciais como a agroindústria. Ocorre, porém, que as migrações dirigidas para a região atualmente, não se amparam na seletividade étnica e profissional como outrora, uma vez que, os imigrantes dirigidos para trabalhar nas agroindústrias frigoríficas, são uma população não branca e advinda do sul global (Demétrio, Baeninger e Domeniconi, 2023).

Considerando essas novas configurações assumidas pelas migrações dirigidas, em que o Oeste catarinense se torna importante polo de atração dos imigrantes devido a necessidade de mão de obra na agroindústria frigorífica, bem como a existência de precárias condições de trabalho e de vida nesses ambientes, verifica-se que os imigrantes internacionais pertencentes aos fluxos contemporâneos são reduzidos ao papel de trabalhadores. Parafraseando Sayad (1998), o acolhimento e a aceitação dos imigrantes por parte

da sociedade local estão condicionados a sua capacidade laboral, de tal maneira que “as palavras imigrante e trabalho tornam-se um pleonasma”.

Considerações finais

Neste ensaio elaboramos um breve resgate da constituição social, econômica e cultural da região Oeste de Santa Catarina ao longo do tempo. Desde o período de povoamento indígena, até os dias atuais, em que a região tem recebido importantes fluxos migratórios internacionais advindos do sul global, observa-se que a ocupação de seu território se deu por três grupos principais: os indígenas, os caboclos e os imigrantes europeus de segunda geração. Atualmente, destaca-se a vinda dos imigrantes internacionais do sul global, especialmente os venezuelanos e haitianos, motivados pelas oportunidades de trabalho, convivendo e dividindo o espaço regional com a população local.

Embora a região tenha se desenvolvido por intermédio da diversidade étnica a partir destes três grupos que habitaram e contribuíram para a constituição e o desenvolvimento regional, ao revisitar a história torna-se evidente o apagamento e a violência empreendidas pela colonização europeia sobre as populações cabocla e indígena, tornando-as marginalizadas e minoritárias, prevalecendo assim a valorização da cultura europeia e branca. Assim, na mesma direção do que vem ocorrendo a nível global, esse cenário de apagamento dos indígenas e caboclos persiste atualmente e se estende para outras minorias, sobretudo para os imigrantes internacionais do sul global que tem se deslocado para a região mais recentemente.

Esses migrantes, embora representem importância ímpar para a economia local, ocupando vagas de trabalho especialmente no setor frigorífico, o qual carece de mão de obra nativa, continuam a ser discriminados e alvo de preconceitos e xenofobia por parte da sociedade local. Muitos deles têm seus direitos sociais negados, sendo relegados a mera posição de trabalhadores, destituídos de cidadania. Portanto, a valorização e a inclusão destes imigrantes estão diretamente condicionadas à sua posição enquanto trabalhador na economia local, algo comprovado mediante o conceito de migrações

dirigidas exposto pela literatura e por pesquisas que demonstram as precárias condições de vida e trabalho que os acometem na sociedade local.

A agroindústria de carnes, enquanto um dos principais setores da economia local, formado através da relação econômica estabelecida entre a agricultura familiar dos colonos imigrantes e as grandes empresas frigoríficas, tem sido atualmente um importante setor de incorporação dessa mão de obra imigrante advinda do sul global. Essa incorporação da mão de obra imigrante, porém, deve ser analisada com críticas, uma vez que em um primeiro momento, a julgar pelos discursos das empresas frigoríficas pode parecer que a contratação dos imigrantes internacionais se trate de um projeto social que de fato se preocupa com o imigrante, quando na realidade se trata de incorporação de sua mão de obra para fins capitalistas, em acordo com o estabelecido pelas relações do mercado neoliberal.

Espera-se que este ensaio possa contribuir na ampliação da compreensão sobre o tema da imigração no Oeste catarinense, servindo de base para o desenvolvimento de outras pesquisas articuladas com a temática, já que a imigração na região tende a apresentar novas dinâmicas em momentos históricos e sociais distintos. No entanto, a integração do imigrante na sociedade da região tende a ser reflexo desta história social e cultural.

Notas

1 Esta nomenclatura foi atribuída pelos colonizadores às pessoas de pele negra que residiam e tinham a posse das terras do Oeste Catarinense, no momento da chegada das empresas colonizadoras e dos imigrantes europeus de segunda geração. Essas pessoas, por outro lado, se autodenominavam como brasileiros (Radin e Corazza, 2018).

2 Esta operação foi implantada no Brasil em 2018, devido ao aumento do fluxo migratório dos venezuelanos na fronteira com os Estados de Roraima e do Amazonas. Trata-se de um projeto do governo federal, em parceria com os governos estadual e municipal de Roraima e Boa Vista, bem como com o exército brasileiro e as Agências da ONU e a sociedade civil, objetivando gerir o fluxo migratório venezuelano na fronteira do Estado de Roraima. A Operação Acolhida se apoia em três pilares: a gestão da fronteira, o abrigo e a interiorização (Brasil, 2023).

3 Projeto firmado a partir da parceria entre o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), a Fundação AVSI e AVSI-USA e financiado pelo Departamento de População, Refugiados e Migração (DPRM) do governo dos Estados Unidos, apoio institucional da casa civil da presidência da República, da Agência da ONU para refugiados (ACNUR) e de entidades da sociedade civil engajados na pauta das migrações e refúgio

Referências

Associação voluntários para serviço internacional Brasil. **Santa Catarina recebe mais dois grupos de migrantes e refugiados venezuelanos para trabalhar em frigoríficos na região oeste.** 2020. Disponível em:

<https://www.avsi brasil.org.br/santa-catarina-recebe-mais-dois-grupos-de-migrantes-e-refugiados-venezuelanos-para-trabalhar-em-frigorificos-na-regiao-oeste/>. Acesso em: 23 ago. 2025

BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICONI, Joice de Oliveira Santos. Migrações dirigidas: estado e migrações venezuelanas no Brasil. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 16, p. 1–29, 2023. DOI: 10.31406/relap2022.v16.e202113.

BAVARESCO, Paulo Ricardo; FRANZEN, Douglas Orestes; FRANZEN, Tiones Ediel. Políticas de colonização no extremo oeste catarinense e seus reflexos na formação da sociedade regional. **Revista Trilhas da História**, v. 3, n. 5, p. 86–104, 2013.

BELLANI, Eli Maria. Balsas e balseiros no Rio Uruguai (1930-1950). **Cadernos do CEOM**, n. 23, 2006.

BOSI, Antonio de Pádua; PEREIRA, Fagner Gulhielmi. Imigrantes Africanos e Haitianos no Oeste e Sudoeste do Paraná no século XXI. **Revista de história regional**, v. 28, p. 1-22, 2023. DOI: 10.5212/Rev.Hist.Reg.v.28.22307.

BRASIL. **Operação Acolhida.** 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/o-peracao-acolhida>. Acesso em: 28 maio 2025.

CAMPOS, Índio. História econômica da colonização do Extremo Oeste Catarinense - 1920/1980. **Papers da NAE**, 2013.

CARNETTE, Carla Roberta. A influência da ideologia patriarcal no elevado número de casos de feminicídio registrados na mesorregião Oeste de Santa Catarina. IN: Baggenstoss, Grazielly Alessandra *et al.* **Não há lugar seguro: estudos e práticas sobre violências contra as mulheres com ênfase no gênero.** Florianópolis: Editora Centro de Estudos Jurídicos, 2019. Acesso em: 26 jun. 2025.

CILENTO, Marcela Marques. O trabalhador migrante no Brasil sob a ótica dos direitos e garantias fundamentais. **Revista de iniciação científica e extensão da faculdade de direito de Franca**, v.6, n.1, p. 727–749, 2021.

CRUZ, Daniel Scheren; BRANCO, Sacha Arielle; DICKMANN, Ivo. Modelos agropecuários no oeste catarinense: dos povos tradicionais aos integrados das agroindústrias. **Cadernos do CEOM**, v. 31, n. 48, p. 60–70, 2018.

DEMÉTRIO, Natália Belmonte; BAENINGER, Rosana; DOMENICONI, Joice de Oliveira Santos. Trabalho nos frigoríficos do Brasil: a constituição do precariado migrante e o papel do recrutamento humanitário. **Revista trabalho e desenvolvimento humano**, v. 6, p. 1–37, 2023. DOI: 10.33239/rjtdh.v6.159.

FIGUEIREDO, Luiz Orencio; ZANELATTO, João Henrique. Trajetória de migrações no Brasil. **Acta**

Scientiarum. Humam and Social Sciences, v. 39, n. 2, p. 77-90, 2017.
DOI: 10.4025/actascihumansoc.v39i1.31426.

FGV. **O setor de carnes no Brasil e suas interações com o comércio internacional**, 2023. Disponível em: https://agro.fgv.br/sites/default/files/2023-03/03_S etor_Carnes_Brasil_PT. Acesso em 05 ago. 2025.

GRANADA *et al.* Saúde e migrações: a pandemia de Covid-19 e os trabalhadores imigrantes nos frigoríficos do Sul do Brasil. **Horizonte antropológico**, n. 59, p. 207–226, 2021. DOI: 10.1590/s0104-71832021000100011

HANSEN, Jairo Jacó. O desenvolvimento do complexo agroindustrial do oeste catarinense e sua relação como o êxodo populacional: o caso da microrregião de São Miguel do Oeste. **Entre-lugar**, v. 2, n. 8, p. 47–64, 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados**, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/chapeco.html>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **A imigração haitiana em Santa Catarina**: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. 2017. Tese (doutorado em Filosofia e Ciências Humanas). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo social**, v. 8, n. 1, p. 25–70, 1996.

MATTEI, Lauro; ALVES, Pedro Assumpção. **Migrações no Oeste catarinense: história e elementos explicativos**, 2007.

MOMADE, Kethin Carraro. **Os cenários dos cuidados em saúde de haitianas residentes em Chapecó (SC)**. Dissertação (mestrado em Ciências da Saúde) Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2018.

MONDARDO, Marcos Leandro. A dinâmica migratória do Paraná: o caso da região Sudoeste ao longo do século XX. **Revista brasileira de estudos de população**, v. 28, n. 2, p. 103–131, 2011.

Obmigra. **Obmigra 10 anos: pesquisas, dados e contribuições para as políticas públicas**. 2023. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>. Acesso em: 15 jul. 2025.

Obmigra. **Dinâmicas migratórias nas macrorregiões do Brasil**. 2024. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2024/Relat%C3%B3rio_Anual/RELATORIO_ANUAL_24. Acesso em: 15 jul. 2025.

OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo de. Migrações internacionais para Santa Catarina nos séculos XIX e XXI: um estudo comparativo. **Revista de história regional**, v. 24, n. 2, p. 282–302, 2019. DOI: 10.5212/Rev.Hist.Reg.v.24i2.0003.

ORTOLAN, Letícia; RIBEIRO, Vicente; GUIDO, Cauã dos Santos. Migrações internacionais e trabalho na agroindústria frigorífica: novas dinâmicas no Oeste de Santa Catarina (2012-2022). **VII História em debate**, 2022.

O TEMPO. “**Não podem vir para cá e votar na esquerda**”, diz deputada sobre fluxo migratório em Santa Catarina”. 2025. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/congresso/2025/7/1/nao-podem-uir-para-ca-e-votar-na-esquerda-diz-deputada-sobre-fluxo-migratorio-em-santa-catarina>. Acesso em: 25 ago. 2025.

RADIN, José Carlos. CORAZZA, Gentil. **Dicionário histórico social do Oeste Catarinense**. Chapecó: Editora UFFS, 2018.

RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana. A formação socioeconômica da região Oeste de Santa Catarina – uma narrativa acerca de franjas e retalhos da identidade regional. **Cadernos do CEOM**, v. 31, n. 49, p. 10–22, 2018.

RIBEIRO, Vicente; VAZ, Gabriel; REGINATO, João Vitor. Migraciones Venezolanas a Chapecó: políticas de interiorización y trabajo en la agroindustria. **Aldea Mundo**, v. 27, n. 54, p. 1–9, 2022.

RISSON, Ana Paula; DAL MAGRO, Márcia Luiza Pit; LAJÚS, Maria Luiza de Souza. Imigração e trabalho precário: Reflexões acerca da chegada da população haitiana no oeste de Santa Catarina. **Périplos**, v. 1, n. 1, p. 144–152, 2017.

RISSON, Ana Paula; MATSUE, Regina Yoshie; LIMA, Ana Cristina Costa. Atenção em Saúde aos Imigrantes Haitianos em Chapecó e suas Dimensões Étnico-Raciais. **O social em questão**, n. 41, p. 111-130, 2017.

RODRIGUES, Gêssica Pinto; LINO, Jaísson Teixeira. Representações sobre os indígenas no Oeste Catarinense Análise das publicações do jornal Diário do Iguazu (2001-2017). **Acervo**, v. 34, n.2, p. 1-20, 2021.

SANTOS, Jorge Alejandro; DILL, Fernanda Machado; PIOVEZANA, Leonel. Reescrevendo a história sob uma perspectiva indígena: a desconstrução da figura do “desbravador” no oeste de Santa Catarina. **Interfaces da educação**, v. 11, n. 33, p. 223–244, 2020. DOI: 10.26514/inter.v11i33.4899.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução: Cristina Murachco. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SIGNORI, Andreia Aparecida; STUBE, Angela Derlise. Condições diferentes, discursos semelhantes: as regularidades no discurso oficial sobre e para imigrantes no Oeste de SC. **Revista Porto das Letras**, v. 10, n. 1, 2024. DOI: 10.26514/inter.v11i33.4899

SILVA, Jerry Kallebe da. Capital humano e imigrante: estudo da diversidade cultural e da influência organizacional na agroindústria de Xaxim-SC. **Brazilian Journal Development**, v. 7, n. 5, 2021. DOI: 10.34117/bjdv.v7i5.30256

SPADOTTO, Anselmo José. Análise e fundamentação de interfaces normativas entre Halal e orgânico na produção sustentável de alimentos. **Veredas do direito**, v. 20, p. 1-19, 2023. DOI: 10.18623/rvd.v20.2528

TONEZER, Cristiane; BOENO, Ademir; ALDANA, Myriam. Migração e trabalho: haitianos em Pato Branco – PR. **Revista brasileira de desenvolvimento regional**, v. 7, n. 3, p. 171-192, 2019. DOI: 10.7867/2317-5443.2019v7n3p171-192